

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE DIREITO DE USO Nº 636/2016

PORTARIA Nº 1054/2016

O SECRETÁRIO ADJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 2724047/2016, outorga o DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, ao MANOEL BEZERRA DA SILVA, CPF/CNPJ 267.170.343-00 nos seguintes termos:

I - CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO

- 1 Denominação da fonte: Riacho do Rosário (perenizado pelo acude Rosário)
- 2 Capacidade da fonte: 8101/s

3 - Bacia: Salgado

Sub-bacia:

4 - Município: Lavras da Mangabeira | Distrito: Lavras da Mangabeira

Localidade: Sítio Junco

5 - Coordenadas do local de captação ou centro da área do espelho: LAT: 9246800N LONG: 498895E

II - ELEMENTOS DA OUTORGA

- 1 **Período de validade da outorga <u>04 anos</u>** (27 de julho de 2016 a 27 de julho de 2020)
- 2 Local de uso: Sítio Junco

3 - Volume outorgado: 12.501,31m³/ano

Área de espelho: m2

4 - Vazão outorgada: 1,94l/s

Vazão contínua: 0,581/s

5 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 10 horas/dia

5 dias/semana

6 - Finalidade do uso da água: Irrigação de 1ha de banana por microaspersão

III - ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA

- 1 A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.
- 2 A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.
- 3 O outorgado tem prazo de 06 (seis) meses, para instalar hidrômetro e tubo guia em caso de captação em poço.
- 4 Esta outorga terá realocação de áqua anualmente em função da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.
- 5 O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadeguado que vier a fazer da presente outorga.
- 6 Em se tratando de destinação ao consumo humano é necessário o tratamento da água.
- 7 A outorga deverá ser renovada sistematicamente, com 03 (três) meses antes de expirar o prazo da vigência, garantido assim, o seu direito de acesso à água.
- 8 Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipali e entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.E.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS/DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de julho de 2016.

Ramon Flávio Gomes Rodriques Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos